



CPCJ
VILA VERDE
COMISSÃO DE PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS



Vila
Verde
Município



VAI

Vamos Apostar na Infância

Plano Local de Promoção e Proteção dos
Direitos das Crianças e Jovens de Vila Verde

Versão resumida

2021-2025

Ficha técnica

Autoria: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde

Equipa de Redação: Judite Pregueiro, Janine Ferreira, Beatriz Santos, Maria Vale

Tipo: Monografia

Editor: Município de Vila Verde

Local de Publicação: Vila Verde

Data de publicação: setembro de 2021

N.º de edição: 1ª Edição

Tiragem: 200

Capa: Conceção gráfica por: CPCJ de Vila Verde

Finalização: TIOPRADO, Artes Gráficas Lda

Depósito Legal: 488208/21

Participantes:

- crianças, jovens, pais/mães, docentes e Direção do Agrupamento de Escolas de Vila Verde
- crianças, jovens, pais/mães, docentes e Direção do Agrupamento de Escolas de Prado
- crianças, jovens, pais/mães, docentes e Direção do Agrupamento de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva
- jovens, pais/mães, docentes e Direção da Escola Secundária de Vila Verde
- jovens, pais/mães, docentes, psicóloga e Direção da Escola Profissional Amar Terra Verde (Vila Verde)
- entidades com competência em matéria de infância e juventude
- CPCJVV

Versão integral disponível no site do Município de Vila Verde

Lista de Siglas

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
ACDR – Associações Culturais, Desportivas e Recreativas
AE – Agrupamento(s) de Escolas
AE Moure e Rib^a Neiva – Agrupamento de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
AEPrado – Agrupamento de Escolas de Prado
AEVH – Associação Empresarial do Vale do Homem
AEVV – Agrupamento de Escolas de Vila Verde
ASE – Ação Social Escolar
BMPMV – Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela
CAC – Cidades Amigas das Crianças
CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CCP-CVP – Centro Comunitário de Prado – Cruz Vermelha Portuguesa
CCVV – Casa do Conhecimento de Vila Verde
CEF – Cursos de Educação e Formação
CIM – Comunidade intermunicipal
CNPDCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CPCJVJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde
CSPA – Centro Social da Paróquia de Arcozelo
DGE – Direção Geral da Educação
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
ECCI – Equipa de Cuidados Continuados e Integrados)
ECMIJ – Entidades com competência em matéria de infância e juventude
ECPCBEDC – Exposição a Comportamentos que Podem Comprometer o Bem Estar e Desenvolvimento da Criança
ELI – Equipa Local de Intervenção
ENA – Escolas Não Agrupadas
ENDC – Estratégia Nacional para os Direitos da Criança
EPATV – Escola Profissional Amar Terra Verde
ESVV – Escola Secundária de Vila Verde
GAF – Gabinete de Apoio à Família
GIP – Gabinete de Inserção Profissional
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
MENA – Menores Estrangeiros não Acompanhados
MSAI – Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão
PLPPDCJ – Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças/Jovens
PLS – Plano Local de Saúde
PPP – Processo(s) de Promoção e Proteção
RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSI – Rendimento Social de Inserção
SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SNS – Serviço Nacional de Saúde
SWOT – Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
URAP – Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados
USF – Unidade de Saúde Familiar

Índice

Breve enquadramento	1
PARTE I – Resumo do diagnóstico local da realidade infantojuvenil	2
PARTE II – VAI - Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças/Jovens ..	13
Considerações finais	31

Breve enquadramento

O presente documento relata, de forma resumida, o processo desenvolvido em Vila Verde para o desenho de um novo Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança (a seguir designado de Plano Local ou “VAI” – Vamos Apostar na Infância), iniciativa da CPCJ de Vila Verde (doravante designada CPCJVV). Integra um diagnóstico da realidade infantojuvenil local, que precede e fundamenta o Plano Local desenhado.

A iniciativa surge no âmbito do Projeto “Adélia – Apoio à Parentalidade Positiva”, da CNPDPCJ, ao qual a CPCJVV aderiu.

O diagnóstico local da realidade infantojuvenil realizado e cujo resumo aqui se apresenta baseou-se em dados quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa, envolvendo efetivamente crianças, jovens, pais e entidades locais.

Teve em consideração as diferentes dimensões da realidade da infância à luz dos Direitos da Criança, recorrendo a informações estatísticas e a perspetivas individuais dos diferentes atores sociais (crianças, jovens, famílias/pais) e entidades, consideradas quer para o conhecimento e compreensão da realidade, quer para a definição de prioridades de intervenção e respetiva concretização em medidas e ações de corresponsabilização.

Para este fim, foram implementadas estratégias – algumas das quais adaptadas por força dos constrangimentos impostos pela situação de Pandemia pelo COVID-19 -, que passaram por: a) recolha seletiva de indicadores quantitativos de informação estatística relevante; b) aplicação de questionários online a crianças, jovens, famílias/pais e entidades; c) realização de sessões de auscultação de crianças e jovens desde a educação pré-escolar ao ensino secundário e profissional, com metodologias individualmente adaptadas em função da idade e domínio de algumas competências, contemplando, de modo especial, jovens de etnia cigana; d) realização de sessões online com pais, abrangendo, também, pais de crianças/jovens com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (MSAI); e) realização de sessões online com entidades e com a modalidade alargada da CPCJVV; e f) auscultação diferenciada de pais/famílias de etnia cigana.

Foi, ainda, definido um sistema de monitorização e avaliação que facilite a implementação do VAI e a aferição do seu impacto na comunidade e na realização dos Direitos da Criança (descrição no documento geral).

Em termos de execução, o VAI foi desenhado para um período temporal de 4 anos. Ou seja, irá vigorar entre 2021-2025.

Acreditamos que este será o ponto de partida para uma sociedade que assume e potencia a sua cidadania, apostando na infância, de forma concertada, o que trará a todos/as – e não apenas a crianças e jovens - um contexto de verdadeira realização pessoal individual e coletiva.

PARTE I – Resumo do diagnóstico local da realidade infantojuvenil

(realizado entre 2020 e 2021)

O QUE DIZEM OS NÚMEROS

Demografia e famílias

População

- 46911 habitantes (2019), dos quais 9062 crianças e jovens
- A população tem reduzido (em 2011 eram 47888 e 11035 crianças e jovens)
- A taxa de natalidade tem aumentado desde 2017, apesar do índice de fecundidade continuar baixo (1,29 e seria necessário 2,1 para a renovação das gerações)
- O índice de envelhecimento elevado e a aumentar (em 2015 era 118,9%; em 2019 era 142,6%)
- As mulheres são mães após os 31 anos de idade
- A mortalidade infantil é muito baixa (vários anos de 0‰)
- Os casamentos têm reduzido desde 2017
- Os divórcios têm reduzido desde 2015 (s/ dados de 2019)

Famílias

- Os últimos dados sobre n.º de elementos das famílias é de 2011 (Censos) e nessa altura a maior parte das famílias eram de 3 a 5 elementos e eram mais do dobro das famílias com apenas 2 elementos
- Não temos dados acerca do n.º de famílias monoparentais só de Vila Verde

Migração e etnias

- Desde 2016 tem aumentando a imigração
- Em 2019 imigram para Vila Verde mais mulheres que homens, vindas sobretudo da América
- Não temos dados exatos sobre quantos destes imigrantes são crianças e jovens
- Vila Verde tem 6 comunidades gitanas identificadas
- Nestas comunidades residem cerca de 270 cidadãos, 129 dos quais serão crianças e jovens (cerca de metade)

As crianças e o direito ao desenvolvimento

Escolarização, (In)Sucesso escolar, Apoios especiais

- A taxa bruta de escolarização está quase sempre acima dos 100% em quase todos os níveis de ensino
- A taxa de retenção e desistência escolar é mais baixa que no território nacional em quase todos os níveis de ensino e em ambos os sexos, mas mais alta que no território CIM Cávado, nalguns níveis de ensino
- Os rapazes do ensino secundário em cursos gerais/científico-humanísticos em Vila Verde têm a taxa de retenção e desistência mais elevada, quando comparado quer com os diferentes níveis de ensino, quer em termos de sexo, quer em termos de território (CIM Cávado, Norte e Portugal)
- As taxas de sucesso escolar apontadas pelas escolas de Vila Verde são muito elevadas. Reduzem no ensino profissional
- Os jovens que concluem o ensino profissional na EPATV têm uma taxa de empregabilidade de 88%

- As escolas de Vila Verde envolvem-se em muitos projetos, diversificando as oportunidades de experiências e aprendizagens aos seus alunos
- O Município também promove projetos e atividades de interesse e temáticas diversas junto das crianças e jovens, sobretudo junto das escolas, nomeadamente através dos serviços de Educação e Casa do Conhecimento

Desporto, cultura, artes e lazer

- O Concelho tem diversos espaços para atividade física, como complexos desportivos, parques infantis, ciclovia e piscinas municipais
- Também tem espaços de cultura como a Academia de Música, a Aliança Artesanal, a Casa do Brinquedo e da Brincadeira, o Clube Náutico, Escolas de Futebol e muitas Associações
- A Biblioteca Municipal e a Aliança Artesanal promovem diversos projetos e ações para crianças e jovens, tendo a Biblioteca uma atividade nas tardes de sábado dirigidas às famílias
- Não há salas de espetáculos no Concelho
- Muitas das oportunidades que as crianças e jovens têm de experiências culturais, desportivas e artísticas acontecem através das escolas

As crianças e o direito à sobrevivência

Trabalho e apoios sociais

- Os salários praticados em Vila Verde são quase sempre mais baixos que os dos territórios comparados (Portugal, Norte, Cávado, Braga e Vila Verde) e as mulheres ganham menos que os homens, exceto no setor da construção
- A Segurança Social não forneceu dados acerca dos apoios e prestações sociais
- A Ação Social do Município promove diversos apoios sociais junto de crianças e jovens, apoio à renda, fornecimento de bens alimentares, bem como outros apoios no âmbito da saúde, através de protocolos diversos, que beneficiam famílias com carência económica
- O desemprego aumentou bastante desde 2019, sobretudo no último ano (provável relação com a pandemia)
- Ao nível da inserção no mercado de trabalho e formação profissional, Vila Verde conta com 2 GIP, o CLDS e o Projeto “InCorpora” (Centro Comunitário de Prado - CVP), especialmente dirigido à inclusão socioprofissional de população em situação vulnerável – não exclusivamente cigana
- Estão acolhidas em Vila Verde crianças e jovens não acompanhados refugiados através de um projeto da CVP, que irão beneficiar de um projeto de integração profissional através de um protocolo com uma empresa

Saúde

- O território está coberto pelos serviços de saúde de forma descentralizada
- A saúde tem diversos serviços e desenvolve muitos projetos e ações especialmente dirigidos a crianças e jovens
- O Concelho é servido também por uma ELI (intervenção precoce multidisciplinar)
- Também existe um NACJR
- O ACES não tem, de momento, um Plano de Saúde Local atualizado
- Ao nível dos comportamentos aditivos, não dispomos de dados exclusivos de Vila Verde, mas os dados relativos à CIM Cávado indicam alguma preocupação nalguns consumos, nomeadamente no consumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas;
- Em termos de utilização da internet, a CIM Cávado não se destaca, mas todo o continente aponta que a utilização das redes sociais pelos adolescentes ultrapassa claramente os 90%

- Não dispomos de informação exclusiva acerca das práticas de saúde e bem-estar das crianças e jovens de Vila Verde

Habitação

- O valor médio das rendas de alojamentos familiares é mais baixo em Vila Verde do que em Braga ou Portugal
- A rede de habitação social de Vila Verde tem apenas 23 habitações, 3 das quais em recuperação e é claramente insuficiente para a procura; atualmente alberga 20 famílias, num total de 45 pessoas, das quais 6 têm idade inferior a 18 anos
- Em 2020 o Apoio ao Arrendamento do Município beneficiou 20 famílias, num total de 37 pessoas, das quais 10 são menores de 18 anos
- O Município apoia também a recuperação habitacional de famílias com carência económica
- A maior parte do Concelho tem cobertura de água e saneamento, mas esta continua a ser uma falha nos “acampamentos ciganos”
- Há zonas do Concelho que não têm cobertura de internet e até mesmo de telemóvel, o que trouxe desigualdades acrescidas durante a “escola em casa”

As crianças e o direito à proteção

- 4 dos 5 Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho conquistaram o Selo Protetor, que significa terem desenhado um plano de proteção reconhecido pela CNPDPCJ
- A GNR tem uma ação muito bem planeada ao nível da formação e da intervenção nas questões da proteção de crianças e jovens
- A CPCJV, ao nível da intervenção, verifica que:
 - Anualmente trabalha uma média de 222 situações de crianças e jovens em perigo, n.º que não tem oscilado significativamente
 - Os escalões etários mais sinalizados são entre os 11 e 14 anos, seguido dos 15 aos 17 anos, e em todas as faixas etárias são mais sinalizados meninos que meninas
 - Quem mais sinaliza são as autoridades policiais (GNR), os estabelecimentos de ensino e os “sem informação” (anónimos)
 - Os serviços da segurança social, a autarquia, projetos e IPSS são quem menos sinaliza
 - As principais situações sinalizadas e diagnosticadas são:
 - exposição a situações que comprometem o bem-estar ou desenvolvimento
 - negligência
 - situações em que está em causa o Direito à educação
 - situações em que a própria criança/jovem assume comportamentos que a prejudicam
 - A situação mais sinalizada dentro da ECPCBEDC (principal situação sinalizada e diagnosticada) é a violência doméstica
 - A principal medida de promoção e proteção aplicada é apoio junto dos pais, seguida de apoio junto de outro familiar
 - Acolhimento residencial é residual
 - Não é possível aplicar acolhimento familiar por ausência de famílias
 - A maior parte dos arquivamentos de processos é por a intervenção ter sido bem-sucedida
- A CPCJ, ao nível da prevenção, tem mantido uma ação permanente, nomeadamente ao nível da divulgação dos Direitos da Criança, da sensibilização para a prevenção dos maus-tratos e de diversas outras problemáticas, quer junto das escolas, quer junto das entidades e comunidade em geral. Também tem feito exercícios pontuais de autodiagnóstico

As crianças e o direito à participação

- Não existe um levantamento exaustivo acerca das práticas de participação das crianças e jovens
- Escolas vão tendo algumas destas práticas
- As crianças até aos 6 anos e jovens mais velhos são menos servidas/os por entidades do Concelho; poderão ter menos oportunidades de participação

As crianças e o direito à não discriminação

- O Concelho tem alguns Projetos na área da inclusão e da igualdade
- O Projeto CigaGiro 8G do Centro Comunitário de Prado-CVP e o Projeto ChegaMais da SOPRO-ONGD desenvolvem uma ação fundamental nesta área
- Não há indicadores claros e objetivos para identificação da não discriminação nas instituições
- Não há um estudo do impacto das ações que têm sido desenvolvidas nesta área, com vista a perceber-se o que é necessário efetivamente fazer/trabalhar, onde, com quem, como, quando

Parentalidade positiva e condições para o seu exercício

- As entidades desenvolvem algumas ações com e para pais, sobretudo ações de sensibilização, festas/convívios, ações que abordam questões como práticas parentais e saúde. Muito raramente formação parental
- Não existem estruturas especializadas ao serviço das famílias e da parentalidade
- Está já previsto para breve a implementação de Programas de Parentalidade Positiva no Concelho, no âmbito do Projeto Adélia

O QUE DIZEM AS PESSOAS

Brincadeira e lazer

- É algo fundamental para o bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens
- Há falta de espaços públicos, sobretudo para os adolescentes
- Os que existem, nem sempre são adequados ou com boa manutenção
- Pais e filhos partilham atividades de brincadeira e lazer
- Nem sempre o tempo é suficiente para brincadeira e lazer
- Há bons espaços para contacto com a natureza

Participação e cidadania

- No contexto familiar há alguma participação das crianças e jovens, quer em termos de opiniões, quer em termos de partilha de tarefas
- Na escola as crianças e os jovens referem não serem muito auscultados
- A grande maioria já ouviu falar dos Direitos da Criança (crianças, jovens e pais)
- Não há muito envolvimento/participação em contextos que podem promover a participação das crianças e jovens na comunidade

Segurança e proteção

- Na escola é comum as crianças não se sentirem seguras. São referidos os recreios. Também não se sentem seguras a deslocarem-se autonomamente para a escola

- Os jovens não têm tanto este receio, mas apenas cerca de metade se sente seguro nos transportes públicos
- Os pais também não sentem segurança plena nas escolas e nos transportes para a escola
- Quando necessário, quer as crianças quer os jovens falam com os pais/família
- Os jovens referem estar conscientes dos riscos da internet, mas os pais acham que deveria haver mais prevenção nesta área nas escolas
- Há algumas práticas parentais menos adequadas (como bater e gritar, mais comum esta última)

Saúde

- As crianças e os jovens veem nos pais um suporte importante nas questões de saúde
- Apesar de os técnicos de saúde falarem diretamente com as crianças, estas nem sempre compreendem o que dizem. Os jovens e os pais sim, compreendem
- Os jovens desconhecem em geral a existência de atendimento especializado para adolescentes no centro de saúde
- Os pais preocupam-se com a maternidade e é comum a amamentação acontecer pelo menos até aos 6 meses, mas a frequência do curso de preparação para o parto não é muito frequente
- Os pais preocupam-se com a alimentação e apontam algumas fragilidades na alimentação da escola
- Os jovens valorizam a alimentação e a prática de exercício físico nas questões de saúde
- Alguns jovens apontam algumas fragilidades na sua saúde pessoal, dando nota de situações de saúde mental
- Pais manifestam dificuldade em ter acesso fácil a informação/recursos sobre temas específicos, ao nível da saúde
- Há a perceção de que, quer a família quer a comunidade são importantes na promoção de comportamentos saudáveis.

Educação

- Regra geral as crianças gostam da escola e ainda mais de aprender coisas novas. Os jovens nem sempre gostaram da escola. As aprendizagens versam temáticas diversas e englobam os Direitos da Criança. As temáticas escolares nem sempre vão ao encontro dos interesses dos jovens. Na escola uns e outros têm adultos a quem recorrer se necessário.
- As crianças veem os pais envolvidos na sua educação escolar. Os jovens um pouco menos.
- Boa parte das crianças e dos jovens sentem o tempo de recreio como insuficiente
- As casas de banho nas escolas nem sempre estão limpas
- Nem sempre as crianças compreendem o que os/as professores/as dizem
- Boa parte das crianças e dos jovens acha que os/as professores/as não tratam todas as crianças da mesma forma.
- Há práticas de punição física dos/as professores/as e é muito habitual que gritem
- Os jovens apontam diversas melhorias a serem feitas na escola
- É pouco usual a utilização de uma biblioteca na comunidade
- Poucos jovens referem trabalhar (durante as aulas ou nas férias) e entendem que isso não os prejudica, seja na educação seja na sua segurança
- Há um elevado desconhecimento dos jovens e dos pais acerca da existência de aulas de promoção da saúde e educação sexual na escola
- Pouco recurso a creches (são escassas) e familiares são muitas vezes a resposta
- Os pais têm uma perceção maioritariamente positiva das escolas, mas sentem que nem sempre há um apoio individualizado.
- Os pais referem diversas melhorias a fazer nas escolas e a importância de um maior investimento

- Referem também a importância de serem criadas estruturas de apoio à parentalidade, como uma linha de apoio, formação parental, entre outras.

Vida pessoal (crianças e jovens)/Conciliação entre a vida familiar e trabalho (famílias/pais)

- A maioria das crianças e dos jovens sente-se satisfeita com a sua habitação, que têm, maioritariamente, as condições básicas
- Há algumas práticas de punição física para com as crianças e menos para com os jovens, mas não acontecem para a maioria
- É relativamente usual que os pais gritem com os filhos, e numa percentagem muito semelhante quer com as crianças quer com os jovens
- Quer as crianças (cerca de um quarto) quer os jovens (em menor percentagem) referem já terem sido agredidos dentro ou fora da escola por outras/outros crianças/jovens
- Cerca de metade dos jovens já teve experiência de lhes serem oferecidas drogas na escola ou fora dela
- A maioria dos jovens nunca teve contacto com o sistema de proteção, mas dos que a tiveram, a maior parte tem uma referência positiva dessa experiência
- Os pais referem muito a falta de tempo para fazer tudo o que gostariam, sentem-se sempre apressados e reconhecem que o horário de trabalho não está adaptado à vida familiar e suas necessidades
- Sentem muita dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida familiar e apontam falta de políticas sociais e laborais protetoras da família e promotoras do bem-estar familiar
- Os pais fazem muitas vezes grandes esforços para tentar responder a todas as necessidades e solicitações

Entidades com competência em matéria de infância e juventude e Direitos da Criança - autodiagnóstico

- Estas entidades auto percecionam-se como conhecendo e implementando os Direitos da Criança
- Referem trabalhar com as famílias
- Referem ter uma política interna de proteção das crianças e jovens

O que garante ou não os Direitos da Criança; o que há que manter, melhorar e criar

A perspetiva das crianças e jovens

ANÁLISE SWOT – O que dizem as crianças e jovens: o que já garante ou não os Direitos da Criança e o que há que manter, melhorar e criar		
Ambiente interno Fatores internos	Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> - as crianças mais pequenas gostam de dar a sua opinião - as crianças mais pequenas sentem que participam, sentem-se seguras e protegidas - as crianças mais pequenas também ouvem falar dos Direitos da Criança - há alguns espaços de lazer, escolas, estruturas de saúde - o Concelho está bem servido em termos institucionais e de serviços públicos, incluindo a CPCJ - há muitos serviços e atividades de acesso fácil e gratuito - escuteiros e outros grupos na comunidade - possibilidade de prática de diversos desportos 	<ul style="list-style-type: none"> - nem sempre há tempo suficiente para brincar - pais nem sempre têm tempo para as crianças mais novas por causa do trabalho ou por estarem no telemóvel - alguns serviços e bens culturais ficam vedados a algumas crianças/jovens/família por dificuldades financeiras - não existe um parque para desportos radicais - a rede de transporte precisa de ser melhorada (lotação excessiva em períodos letivos e serviços muito limitados em períodos de pausas letivas) - pouca oferta para atividades em família - pouca divulgação da informação das atividades e/ou eventos que existem para os jovens - locais de recolha de lixo e ecopontos são insuficientes
Ambiente externo Fatores externos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - criação de atividades de lazer nas interrupções letivas e férias escolares, particularmente nestas últimas, nas diversas freguesias - mais ajuda para as famílias que necessitam - há que melhorar a rede de transportes públicos; - há que melhorar a informação disponível sobre o que existe no Concelho para as crianças; - ouvir as pessoas de etnia cigana, garantindo empregos e condições habitacionais para estas - criar uma escola para pais; criar oportunidades de formação parental - criar linha telefónica de memorização fácil, exclusiva para crianças/jovens, o que implica um serviço disponível na escola ou outra entidade - há que dar a conhecer o património cultural do Municípios - equipamentos desportivos do Concelho podem ser melhorados - aumentar a oferta de eventos culturais, lúdicos e desportivos, nomeadamente nas diferentes freguesias - há que aumentar as oportunidades de audição, participação e debate dos jovens, valorizado a sua opinião, experiência e visão das diversas temáticas - manter os gabinetes de apoio a vítimas de violência doméstica 	<ul style="list-style-type: none"> - nem sempre os adultos respeitam as crianças ciganas - falta de condições habitacionais (sobretudo nas crianças ciganas) - há pais que não sabem educar os filhos - há pouca vigilância nas ruas - má higiene nas casas de banho públicas - há situações de violência doméstica e maus tratos - o acesso a habitações com condições habitacionais básicas e sanitárias não é igual para todos/as - ausência de atividades durante as férias para as crianças e jovens, a preços acessíveis - o acesso a atividades e equipamentos não é igual para todos, conforma a freguesia (desigual distribuição geográfica) - transportes escolares excessivamente lotados e a carecer de melhoria de qualidade - a pandemia trouxe diversas dificuldades - nem todas as praias fluviais têm vigilância - má cobertura da internet

A perspetiva dos adultos: entidades e pais

ANÁLISE SWOT – O que dizem dos adultos – entidades e pais: o que já garante ou não os Direitos da Criança e o que há que manter, melhorar e criar		
Ambiente interno Fatores internos	Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> - boa divulgação dos Direitos da Criança - Municípios com bons apoios sociais - há alguma cobertura de associações recreativas e desportivas - a existência do Centro Comunitário de Prado, sobretudo no trabalho junto da etnia cigana, mais vulnerável - o Projeto CHEGA Mais, da SOPRO, no trabalho com vítimas de violência doméstica - psicólogos nas escolas - bom parque escolar e oferta formativa - entidades comprometidas na proteção das crianças, nomeadamente a CPCJ - existência de consultas de PLA (problemas ligados ao álcool) - há equipas multidisciplinares que são uma mais-valia - escolas bem equipadas e com ação multifacetada - espaços verdes do Concelho - a existência da Academia de Música - boa articulação entre as instituições e projetos 	<ul style="list-style-type: none"> - fraca rede de transportes - dificuldades no exercício da parentalidade - jovens perto dos 18 anos necessitam por vezes de uma intervenção mais individualizada - psicólogos insuficientes nas escolas - alguma ausência de competências parentais - nem sempre se ouve as crianças no que lhes diz respeito - consumo de álcool enraizado nas famílias - falta de associativismo juvenil - falta de ofertas de atividades e de transportes nalgumas freguesias nas férias escolares - desconhecimento de programas sobre Direitos Humanos, de Liderança Servidora e outros, em que as crianças/jovens querem participar, mas não sabem como. - escola por vezes é insuficiente; necessidade de recorrer a privados (apoio escolar e necessidades especiais) - escola sem tempo para ouvir os pais - algumas estruturas de atividades desportivas e lúdicas sem proteção adequada - juntas de freguesia que não funcionam em permanência e nem sempre sabem orientar em matéria de atividades par as crianças - nem todos conseguem aceder financeiramente à Academia de Música
Ambiente externo Fatores externos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - promover capacitação parental de forma permanente e preventiva; criar respostas específicas para tal até nas juntas de freguesia - há que descentralizar as ofertas de campos de férias e outras atividades, fazendo uma cobertura do Concelho mais equitativa - fomentar o empreendedorismo juvenil com o objetivo de garantir que os jovens se mantenham no Concelho - melhorar as condições de emprego e trabalho - reforçar as assembleias de crianças e jovens e outras formas de as auscultar, de forma sistemática/não pontualmente, - promover uma maior participação dos jovens, nomeadamente nas decisões da comunidade onde vivem - incentivar o associativismo entre os jovens e aumentar o envolvimento das associações desportivas do Concelho - potenciar o voluntariado - aumentar apoios (não apenas financeiros) às famílias mais 	<ul style="list-style-type: none"> - elevado n.º de alunos por turma - estabelecimentos comerciais próximos das escolas por vezes aliciam hábitos não saudáveis - violência doméstica e maus tratos - ausência de respostas ao nível dos comportamentos aditivos nas dependências tecnológicas - nem todas as famílias têm habitações com condições dignas, sobretudo de etnia cigana. Nestas não há acesso a água potável, que têm repercussões a vários níveis (saúde, escolar, social), que condicionam o adequado desenvolvimento biopsicossocial das crianças; problema de difícil resolução - deficitária e desigual oferta cultural no território - equipas multidisciplinares nas escolas por vezes com falta de recursos humanos - escassos transportes públicos - atividades para crianças concentradas no centro da vila; distribuição/oferta desigual - não há divulgação dos recursos existentes no Concelho (culturais, de saúde, terapias, de lazer) - as crianças (e as infraestruturas a pensar nelas) não têm sido consideradas prioridades políticas

desfavorecidas para saírem do processo de reprodução social e, simultaneamente, conquistarem melhorias significativas nas suas vidas

- diversificar a oferta cultural
- criar empréstimo local de bicicletas
- alternativas para as férias dos jovens (estes não podem trabalhar, mas também não têm outras atividades interessantes; poderia pensar-se numa combinação de ambas); promover e rentabilizar o voluntariado através de parecerias com as associações

A perspetiva das comunidades ciganas

ANÁLISE SWOT – O que dizem as pessoas: a etnia cigana		
Ambiente interno Fatores internos	Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> - brincar é reconhecido como muito importante para as crianças - grande reconhecimento sobre a importância do percurso escolar das crianças e jovens, essencialmente, com o objetivo de terem um futuro e percurso melhor (por exemplo, para terem carta de condução ou conseguirem um emprego) - há integração e pertença na escola, participando os pais nas diversas atividades formais e informais - elevado sentimento de segurança - a opinião das crianças e jovens é valorizada - crianças são ouvidas, adultos decidem 	<ul style="list-style-type: none"> - adultos não se envolvem nas brincadeiras com as crianças - falta de parques infantis disponíveis à comunidade, embora as crianças tenham acesso na escola
Ambiente externo Fatores externos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - há que investir no acesso à habitação com condições dignas de habitabilidade, quer pelo apoio para a garantia de condições básicas como água e luz, quer pelo apoio ou maior facilidade de alugarem habitações - investir na sensibilização da procura ativa de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> - grande receio do vírus SARS-COV-2 - dificuldades de arranjar emprego por serem ciganos/as - por vezes experienciam situações de racismo por parte de alguns agentes educativos - graves problemas ao nível da habitação, vulgarmente sem água, eletricidade e saneamento o que também potencia problemas de saúde - dificuldade para arrendar casa por serem ciganos/as - crianças e jovens têm vergonha das condições em que vivem - sentimento de serem esquecidos pelas entidades que os podem ajudar nas questões da habitação - sentimento de frustração no jovens porque lhes perguntam frequentemente o que é preciso mudar mas não veem acontecer as mudanças necessárias



Vila Verde
Município



adélia

PARTE II – VAI - Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças/Jovens

Para os eixos do VAI, foram consideradas e assumidas as prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional para os Direitos da Criança, aprovada em finais de 2020. De forma a estruturar o VAI, para cada eixo foram definidos os seguintes objetivos estratégicos, respetivos indicadores e estratégias para atingir os mesmos objetivos:

Eixo temático	Objetivos Estratégicos	Indicadores (de impacto)	Estratégias
Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades	Assegurar os Direitos de sobrevivência, desenvolvimento e não discriminação, particularmente das crianças em situação de especial vulnerabilidade, por força das condições económicas, de saúde, necessidades especiais, familiares, habitacionais, geográficas ou outras.	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de crianças que viram melhorado seu acesso a bens culturais e de lazer - N.º de crianças que, necessitando, viram melhorada a sua condição habitacional - N.º de crianças que referem sentir que têm as mesmas oportunidades que as outras 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de equipas multidisciplinares através da Rede Social e potencial envolvimento de particulares, com vista à resolução articulada de situações de crianças em situação de especial vulnerabilidade - Identificação nominal de crianças em situação de especial vulnerabilidade e definição de planos individuais de melhoria do seu bem-estar e oportunidades
Apoiar as famílias e a parentalidade	Promover oportunidades de crianças e jovens crescerem em contextos familiares promotores dos Direitos da Criança.	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de respostas criadas para a parentalidade - N.º de famílias de acolhimento constituídas 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de estruturas permanentes de apoio ao exercício de uma parentalidade positiva - Criação de equipas interinstitucionais com vista a tornar possível a medida de acolhimento familiar no Concelho
Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens	Assegurar o Direito à participação, promovendo oportunidades de acesso a informação relevante e desenvolvimento de competências de comunicação, reflexão e debate de ideias, através de estruturas e meios criados para o efeito e que garantam permanentemente quer esse Direito quer a sua consideração em tomadas de decisão institucionais.	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de mecanismos criados para auscultação das crianças e jovens - N.º de medidas tomadas na sequência da auscultação efetuada junto de crianças e jovens 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de mecanismos permanentes de informação especialmente dirigida a crianças e jovens - Criação de oportunidades de desenvolvimento de competências de reflexão e comunicação de crianças e jovens - Promoção de oportunidades reais e recorrentes de participação das crianças e jovens nos diferentes contextos e de devolução dos efeitos dessa participação
Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens	Assegurar o Direito à proteção e a educação para o Direito, quer através de programas preventivos no âmbito da violência, quer na educação para o empoderamento individual, quer na intervenção ágil, bem informada e responsável de todas as entidades e cidadãos perante situações de maus-tratos e/ou de qualquer tipo de violência.	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de situações de violência doméstica envolvendo crianças e jovens - N.º de crianças e jovens que relatam práticas educativas com recurso a violência (física e/ou psicológica) - N.º de crianças que relatam situações de agressões físicas ou psicológicas pelos pares 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação/Captação de equipas especializadas para trabalhar com diferentes públicos as questões da violência e maus-tratos, e em particular da violência doméstica - Articulação com outros planos do Concelho no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica
Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos Direitos das Crianças e Jovens	Promover o conhecimento atualizado, holístico e interinstitucional da realidade infantojuvenil local, de modo a sustentar a definição de medidas e políticas locais com sentido e exequíveis	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de instrumentos criados - N.º de instrumentos aplicados 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma equipa de trabalho, com participação de elementos externos (p. ex. Universidade do Minho, ProChild CoLab, CESIS) para definir instrumentos de trabalho para auscultar as crianças e os jovens nos diferentes contextos e entidades, bem como a recolha e tratamento de informação para aferir acerca da realização dos Direitos da Criança no território

Deste modo, propõe-se que o VAI, em termos operacionais, se concretize da forma que a seguir se apresenta. Para cada objetivo estratégico foram definidos: objetivos operacionais, medidas/políticas, indicadores, recursos necessários, público-alvo e responsáveis para a execução.

Área ou eixo temático	Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades				
Objetivo estratégico	Assegurar os Direitos de Sobrevivência, Desenvolvimento e Não discriminação, particularmente das crianças em situação de especial vulnerabilidade, por força das condições económicas, de saúde, necessidades especiais, familiares, habitacionais, geográficas ou outras				
Objetivos Específicos/Operacionais	Medidas/Políticas	Indicadores	Recursos necessários	Público-alvo	Responsáveis
Até ao fim de 2021 criar uma equipa/grupo de trabalho no âmbito da Rede Social com vista a identificar a cobertura existente de respostas para crianças e jovens nos períodos de férias escolares e planear soluções para a sua inexistência localizada, nomeadamente na identificação de fontes de financiamento	Apoiar as entidades locais na criação de respostas sociais para a infância e juventude	- N.º de respostas existentes e n.º de respostas identificadas como necessárias	- Informação das respostas existentes - Informação das ECMIJ públicas e privadas por freguesia/uniões de freguesias - Informação dos recursos de que dispõem (humanos, espaços/materiais, transporte) - Informação do n.º de crianças e jovens por freguesia/uniões de freguesia	- Entidades potencialmente dinamizadoras de respostas para crianças e jovens nas férias escolares - Crianças e jovens residentes no Concelho	Um representante de: - Município (elemento/s a designar) - CPCJ (membro/s a designar) - Juntas de freguesia - IPSS - Associações juvenis - Associações desp., cult., recreat. - Associações Juvenis
Até Junho de 2023 garantir a cobertura de respostas para o período de férias escolares das crianças e jovens de pelo menos 15 freguesias/uniões de freguesias; Até 2025 garantir que essa cobertura é total	Promover a igualdade de oportunidades, o direito ao desenvolvimento, brincadeira, cultura e lazer junto de todas as crianças e jovens	- N.º de respostas criadas face ao n.º de respostas identificadas como necessária - N.º de crianças e jovens integrados, face ao n.º de residentes	- Respostas para integração de crianças e jovens nos períodos de férias escolares	- Crianças e jovens residentes no Concelho de Vila Verde	Rede Social: - Juntas de Freguesia - IPSS - IPDJ - Associações culturais, desportivas, recreativas - Bolsa de voluntariado?
Até final de 2021 definição de uma equipa multidisciplinar com a missão de procurar respostas diferenciadas para o problema da habitação de crianças e jovens ciganos	Garantir condições de vida dignas a todas as crianças e jovens do Concelho	Criação da equipa	- Disponibilização de técnicos da área social, arquitetura e engenharia civil para a constituição da equipa multidisciplinar	- Crianças e jovens e suas famílias, até um máximo total de 6 pessoas/máx.4 crianças que vivem atualmente em barracas	- Município (elemento/s a designar) - Segurança Social - Pais/famílias - Centro Comunitário de Prado
Até 2025 garantir que pelo menos 30 crianças e jovens com menos de 18 anos atualmente residentes em barracas, passem a residir em habitação com condições dignas com a sua família nuclear	Garantir condições de vida dignas a todas as crianças e jovens do Concelho com recurso "Programa do 1º Direito"	N.º de crianças/jovens que passa de uma habitação tipo "barraca", para uma habitação com condições mínimas de habitabilidade	- Equipa multidisciplinar que identifique as crianças/jovens que poderão ser contempladas e, posteriormente, encete as ações necessárias com a família para a definição de um projeto de vida digno em termos habitacionais	- Crianças e jovens e suas famílias, até um máximo total de 6 pessoas/máx.4 crianças que vivem atualmente em barracas	- Equipa multidisciplinar

A partir de 2022 criar medidas de incentivo ao mercado formal de arrendamento a famílias ciganas com crianças/jovens	Garantir condições de vida dignas a todas as crianças e jovens do Concelho	N.º de crianças/jovens que passa de uma habitação tipo “barraca”, para uma habitação com condições mínimas de habitabilidade	- Incentivos para arrendatários e proprietários de habitações desocupadas colaborantes com a iniciativa	- Arrendatários - Famílias ciganas com crianças/jovens	- Município
Até 2025, promover a construção própria por famílias ciganas com crianças e jovens, através da Associação Humanitária Habitat	Garantir condições de vida dignas a todas as crianças e jovens do Concelho	N.º de crianças/jovens que passa de uma habitação tipo “barraca”, para uma habitação com condições mínimas de habitabilidade	- Construção de habitações através da Associação Humanitária Habitat com cedência de terrenos municipais	- Crianças e jovens e suas famílias, até um máximo total de 6 pessoas/máx.4 crianças que vivem atualmente em barracas	- Equipa multidisciplinar
Até 2022, criar e disponibilizar publicamente um guia de recursos organizado por áreas de interesse	Promover a informação de todos/todas para facilitar o acesso a recursos das diversas áreas de interesse para as crianças, jovens e famílias	- Guia de recursos criado e n.º de áreas de interesse que abrange	- Equipa/grupo de trabalho que se responsabiliza por estabelecer os contactos para recolha e organização da informação a veicular na comunidade - Recolha de informação dos diferentes setores	- População em geral, particularmente crianças/jovens e famílias	- Município (DEPS)
Até 2022, criar um plano articulado que garanta a todas as crianças e jovens, ao longo do seu percurso escolar (desde o pré-escolar ao secundário), a oportunidade de conhecerem, mas também de darem a sua opinião acerca de recursos culturais, desportivos e recreativos do Concelho	Promover a igualdade de oportunidades e experiências significativas para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e jovens	- Plano plurianual, por ciclo de ensino, com programa de visitas/atividades de turmas, a estes diferentes espaços/recursos do Concelho	- Transporte para as deslocações - Articulação entre as escolas e os equipamentos	- Crianças e jovens das escolas do Concelho	- Escolas - Município (DEPS) - Casa do Conhecimento - Aliança Artesanal - Biblioteca Municipal - Museu do Linho - Museu de Arte Sacra - Academia de Música - Complexos desportivos
Até 2022, criar um plano articulado que garanta a todas as crianças e jovens, ao longo do ano letivo, a oportunidade de usufruírem em turma(s) de um dia inteiro num espaço/zona de interesse de entre os recursos naturais do Concelho	Promover a igualdade de oportunidades e experiências significativas para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e jovens	- Previsão nos Planos Anuais de Atividades das escolas	- Transporte para as deslocações - Articulação entre as escolas e um elemento/equipa de planificação	- Crianças e jovens das escolas do Concelho	- Município (ambiente/educação) - Escolas
Até 2022, fazer um estudo pormenorizado acerca do nível de satisfação, segurança e adequação (em termos de horário e equipamentos) dos transportes escolares, com a participação	Promover o bem-estar e a segurança nos transportes escolares	- Realização do estudo e propostas de melhoria emanadas a partir dele	- Equipa multidisciplinar que se responsabilize por conceber um plano para o estudo a efetuar, dinamize a sua realização, analise a informação e a devolva aos responsáveis, crianças	- Crianças e jovens das escolas do Concelho	- Município (elemento/s a designar) - Escolas - Transportadoras - CPCJ (membro designado)

das crianças e jovens			e jovens com propostas de melhoria		pela Assembleia Municipal)
Até 2022, fazer um estudo pormenorizado acerca do nível de satisfação e segurança sentido pelas crianças e jovens nos recreios das escolas	Promover o bem-estar e a segurança nos recreios escolares	- Realização do estudo e propostas de melhoria emanadas a partir dele	- Equipa multidisciplinar que se responsabilize por conceber um plano para o estudo a efetuar, dinamize a sua realização, analise a informação e a devolva aos responsáveis, crianças e jovens com propostas de melhoria	- Crianças e jovens das escolas do Concelho	- Município (elemento/s a designar) - Escolas - CPCJ (membro designado pela Assembleia Municipal)
Até 2025, manter a diversidade de oportunidades de aprendizagens e vivências de todas as crianças e jovens	Promover o direito ao desenvolvimento e bem-estar	- Projetos, ações, selos, serviços disponibilizados às escolas, ao nível extracurricular	- Manter nas escolas as boas práticas ao nível de projetos, clubes, ações, serviços, selos conquistados, nas mais variadas áreas de interesse	- Crianças e jovens das escolas do Concelho	- Escolas
Até 2025, manter os serviços e ações da saúde mais ou menos diretamente ligadas à infância e juventude, procurando o alargamento a todas as crianças e jovens	Promover o direito à sobrevivência e bem-estar	- Projetos, ações e serviços disponibilizados pela saúde, nos diferentes contextos	- Manter as boas práticas da saúde ao nível de projetos, ações e serviços, nas diferentes Unidades	- Crianças e jovens de Vila Verde	- ACES Gerês/Cabreira
No ano letivo 2021/2022, implementar um projeto piloto com vista a garantir que crianças com quadros do espectro do autismo possam beneficiar de mentoria individual na escola	Garantir o máximo de igualdade de oportunidades de sucesso académico e social e minorar o impacto negativo vulgarmente sentido por crianças com autismo no contexto escolar, a nível comportamental, na interação social e na comunicação	- N.º de crianças beneficiadas - Avaliação do impacto do projeto	- Equipas multidisciplinares das escolas para identificarem crianças que podem beneficiar do Projeto - Estagiários da Universidade do Minho, com orientação da Universidade e da Escola	- Crianças com autismo ou identificadas com sintomatologia do espectro do autismo, que frequentam o ensino pré-escolar ou o 1º ciclo dos Agrupamentos de escolas do Concelho	- Município - Agrupamentos de escolas - Universidade do Minho - Entidade especializada em autismo

Área ou eixo temático	Apoiar as famílias e a parentalidade				
Objetivo estratégico	Promover oportunidades de crianças e jovens crescerem em contextos familiares promotores dos Direitos da Criança				
Objetivos Específicos/Operacionais	Medidas/Políticas	Indicadores	Recursos necessários	Público-alvo	Responsáveis
Até ao fim de 2022, criar a figura do/a Provedor/a para a Proteção dos Direitos da Criança e das Famílias	Nomear em reunião da Câmara Municipal uma figura para assumir este papel, agregando a responsabilidade de velar pela promoção dos Direitos da Criança no Concelho e pela criação de respostas especificamente direcionadas ao bom funcionamento familiar	- Nomeação do/a Provedor/a para a Proteção dos Direitos da Criança e das Famílias	- Definição do conteúdo funcional	- Crianças, jovens e famílias	- Executivo da Câmara Municipal - Provedor/a para a Proteção dos Direitos da Criança e das Famílias
Até 2022 criar um Gabinete Municipal para a promoção dos Direitos da Criança e da parentalidade positiva (GIF- Gabinete para a Infância e Família/s)	Promover a agregação e organização de práticas municipais de promoção dos Direitos da Criança e de suporte à parentalidade	- Criação do GIF	- Criação do gabinete no organograma do Município com afetação de pessoal e definição dos seus objetivos, conteúdo funcional e divulgação do mesmo junto da população e das entidades - Disponibilização de um espaço físico e/ou virtual, devidamente equipado - Estabelecer parcerias com a CPCJ (membro/s a designar) e eventualmente a partir da Rede Social e/ou de entidades privadas "ProBono" para funcionalidades específicas	- Crianças, jovens e pais	- Município (elemento/s a designar)
Até 2022 criar o "Fórum da Parentalidade" para partilhas de temáticas mensais entre pais/mães de Vila Verde	Promover a oportunidade de criação de redes de suporte ao nível da parentalidade	- Criação de um Fórum online para debate e partilhas acerca de diferentes conteúdos relacionados com a parentalidade	- Criação e divulgação online do Fórum e sua gestão	- Pais/mães do Concelho	- Município (GIF)
A partir de 2022, debates temáticos mensais com pais aderentes ao "Fórum da Parentalidade" e outros	Promover a oportunidade de criação de redes de suporte ao nível da parentalidade	- N.º de debates temáticos dinamizados anualmente	- Definição de um plano temático para os debates e sua divulgação - Convites pontuais a especialistas de referência	- Pais/mães do Concelho	- Município (GIF)
Até 2022 constituir um grupo de trabalho para a promoção da conciliação entre a	Promover a conciliação entre a vida profissional e familiar como	- Constituição de um grupo de trabalho para	- Constituição de um grupo de trabalho com representantes de:	- Pais de crianças e jovens integrados no mercado de trabalho	- Município (Presidente ou Vereador/a designada para

vida profissional e familiar	uma medida em prol do Direito à Família e ao Bem-estar	este fim e definição do seu plano de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Município (a designar)/GIF - GIF - Rede Social (CLDS e IPSS) - CCP-CVP (InCorpora) - AEVH - CPCJ (Associação de Pais) 		<ul style="list-style-type: none"> tal) - GIF
Até final de 2022, promover a divulgação da Norma 4552:2016 junto das entidades, empresas e população em geral e auscultação institucional de entidades patronais e profissionais/pais acerca de propostas concretas de medidas exequíveis de conciliação entre a vida profissional e familiar	Promover a conciliação entre a vida profissional e familiar como uma medida em prol do Direito à Família e ao Bem-estar	- N.º de empresas/instituições aderentes e envolvidas	- Equipa multidisciplinar que prepara a auscultação junto das entidades e devolve um plano de ideias e sugestões para concretizar	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas/entidades/instituições - Pais de crianças e jovens integrados no mercado de trabalho 	- Grupo de trabalho para a promoção da conciliação entre a vida profissional e familiar
Sensibilizar anualmente o tecido empresarial para a adoção de políticas de conciliação entre a vida profissional e familiar	Promover a conciliação entre a vida profissional e familiar como uma medida em prol do Direito à Família e ao Bem-estar	- N.º de ações de sensibilização desenvolvidas junto do tecido empresarial	- Equipa multidisciplinar que promove as ações junto das entidades	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas/entidades/instituições - Pais de crianças e jovens integrados no mercado de trabalho 	- Grupo de trabalho para a promoção da conciliação entre a vida profissional e familiar
Desenvolver medidas de incentivo para as empresas e instituições que promovam medidas internas de conciliação entre a vida profissional e familiar aos seus funcionários/colaboradores	Criar o Selo Municipal da Empresa/Entidade Amiga das Famílias	- N.º de selos atribuídos em função de critérios previamente definidos	- Criação do Selo Municipal da Empresa/Entidade Amiga das Famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas/entidades/instituições 	<ul style="list-style-type: none"> - Município (elemento/s a designar) - AEVH - Grupo de trabalho constituído para a promoção da conciliação entre a vida profissional e familiar
Até ao fim de 2021, criar o “Dia Anual da Família Vila-verdense”	Criação de uma atividade anual concelhia especialmente dirigida às famílias, concretizada anualmente numa freguesia ou zona do Concelho, de forma rotativa, no domingo mais próximo do Dia da Família (15 de Maio)	- N.º de famílias participantes	- Previsão orçamental Municipal de apoio à promoção mensal deste dia	- Famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Município (eventos)/GIF - Uniões e Juntas de Freguesia - Associações - CPCJ (membro/s a designar)
Até final de 2021, garantir a existência de pelo menos uma estrutura promotora de programas de parentalidade positiva no Concelho	Promover capacitação parental no Concelho	- N.º de equipas promotoras de programas de parentalidade positiva no Concelho	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar estruturas já existentes promotoras de programas de parentalidade positiva - Identificar potenciais estruturas promotoras de programas de parentalidade positiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Pais e outros cuidadores principais 	<ul style="list-style-type: none"> - CPCJ (membro/s a designar) - Município (elemento a designar) - CSPA

Em cada ano civil, garantir a dinamização de 2 grupos de pais por cada programa de parentalidade positiva disponível no Concelho	Promover capacitação parental no Concelho	- N.º de grupo de pais dinamizado por programa disponível no Concelho	- Identificar os programas de parentalidade disponíveis no Concelho - Promover a informação junto da população acerca desses programas	- Pais e outros cuidadores principais	- CSPA - Município (elemento a designar) - CPCJ (membro/s a designar)
Em cada ano letivo, garantir a dinamização de pelo menos uma ação de sensibilização acerca de práticas parentais positivas nas escolas e IPSS com valências para a infância e juventude do Concelho	Promover capacitação parental no Concelho	- N.º de ações desenvolvidas por escola	- Equipa que dinamize as ações autonomamente ou em parceria	- Pais e outros cuidadores principais - Educadores(as)/professores(as)	- CPCJ (membro/s a designar) - CSPA - Escolas - IPSS
Até 2025 aumentar o n.º de estruturas promotoras de programas de parentalidade positiva no Concelho	Promover capacitação parental no Concelho	- N.º de novos técnicos formados em programas de parentalidade positiva a exercer funções permanentes no Concelho	- Identificar estruturas já existentes promotoras de programas de parentalidade positiva e os técnicos com formação para tal - Formar técnicos de diferentes áreas em programas de parentalidade positiva com o compromisso de aplicação dos mesmos no Concelho - Possibilidade de financiamento pelo Município ou partilhado com IPSS/entidades/técnicos OU com recurso a fontes de financiamento	Técnicos de diferentes áreas: - educadores(as)/professores(as) - psicólogos(as) - assistentes sociais - enfermeiros(as) - outros	- Município (elemento a designar) - Escolas - IPSS - CPCJ (membro/s a designar)
Até 2023 constituir equipas de ajudantes familiares com recurso a entidades e ao Banco Local de Voluntariado, para apoio às famílias com fragilidades ao nível da organização e higiene habitacional	Promover capacitação parental no Concelho	- N.º de equipas constituídas no Concelho	- Rede Social - Banco Local de Voluntariado	- Pais e outros cuidadores principais com lacunas ao nível da organização e higiene habitacional	- Rede Social - CPCJ (membro/s a designar)
Até 2025 aumentar o n.º de creches existentes no Concelho	Promover indiretamente a empregabilidade parental, especialmente a feminina	- N.º de novas creches criadas no Concelho	- Levantamento da necessidade de novas valências de creche ou do aumento do n.º de vagas - Apresentação de propostas à Segurança Social	- IPSS - Mães/pais que pretendam uma oportunidade de emprego	- Rede Social - IPSS - Segurança Social
Potenciar a criação de fontes parciais de rendimentos próprios para mães/pais que optam por privilegiar o acompanhamento permanente dos seus filhos até aos 3 anos de vida	Promover o autoemprego e o empreendedorismo de forma mais compatível com a maternidade/paternidade a tempo inteiro	- N.º de mães/pais de crianças até aos 3 anos que criam o seu próprio emprego a tempo parcial, por força de optarem pelo exercício da	- Equipa multidisciplinar que apoia pais nestas circunstâncias a definirem um plano de autoemprego e os orienta para a sua exequibilidade	- Pais/mães de crianças até aos 3 anos que optam por privilegiar o acompanhamento permanente dos seus filhos	- CLDS - GIP - Centro Comunitário

		maternidade/paternidade a tempo inteiro			
Até 2024 garantir a formação de pelo menos 5 famílias de acolhimento	Promover que crianças/jovens que não têm condições de continuar na sua família biológica, possam viver/crescer num contexto familiar equilibrado	- N.º de famílias de acolhimento constituídas	- Articulação com a Segurança Social para este fim - Identificação de pessoas com perfil para se constituírem famílias de acolhimento	- Cidadãos disponíveis e capazes de assumir o papel de família de acolhimento	- Município (Provedor/a Dts Cr e F e GIF) - Segurança Social - CPCJ (membro/s a designar) - IPSS - Paróquias

Área ou eixo temático	Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens				
Objetivo estratégico	Assegurar o Direito à participação, promovendo oportunidades de acesso a informação relevante e desenvolvimento de competências de comunicação, reflexão e debate de ideias, através de estruturas e meios criados para o efeito e que garantam permanentemente quer esse Direito quer a sua consideração em tomadas de decisão institucionais				
Objetivos Específicos/Operacionais	Medidas/Políticas	Indicadores	Recursos necessários	Público-alvo	Responsáveis
Manter as práticas de divulgação sobre os Direitos da Criança junto das crianças e jovens	Garantir às crianças e jovens o Direito a conhecer os seus direitos	- N.º de crianças abrangidas pelas ações desenvolvidas	- Materiais facilitadores do conhecimento dos Direitos da Criança	- Crianças e jovens das escolas do Concelho e de jardins de infância das IPSS	- CPCJ (membro/s a designar) - Escolas - IPSS
A partir de 2022 realizar tertúlias temáticas bimensais, em formato presencial ou online, sobre temáticas diversas relacionadas com os Direitos da Criança e dirigidas a diferentes públicos	Promover o conhecimento e debate públicos em torno dos Direitos da Criança e a sua proteção	- N.º de sessões realizadas	- Definição das temáticas a abordar - Convidar figuras de referência, consoante a temática em questão - Definição de um relator por sessão	- População em geral	- CPCJ (membro/s a designar) - Município (elemento/s a designar e GIF)
A partir de 2021, desenvolver parcerias entre as escolas com vista à criação de salas virtuais de debate e interação acerca de temas diversos, dinamizado por crianças/jovens para crianças/jovens	Promover competências de comunicação assertiva das crianças e jovens do Concelho e seu direito à participação	- N.º de sessões realizadas	- Estabelecer parcerias entre escolas do Concelho, Universidade do Minho e Rádio Miúdos	- Crianças e jovens das escolas do Concelho	- CPCJ (membro/s a designar) - Escolas
Criação de espaços de desenvolvimento de competências de comunicação, exposição e discussão de ideias, especialmente dirigidos a crianças e jovens, versando temáticas e valores diversos	Promover competências de comunicação assertiva das crianças e jovens do Concelho, para que a sua participação seja mais eficiente	- N.º de reuniões efetuadas com registo dos assuntos abordados/debatidos	- Equipas multidisciplinares interinstitucionais, com nomeação de um relator por reunião/debate - Aulas de Cidadania orientadas para este fim, com relator das mesmas	- Crianças e jovens do Concelho	- Escolas - IPSS - CPCJ (membro/s a designar) - Município (Biblioteca Municipal...)
Em cada ano letivo, após o tratamento de determinado tema previsto na componente de Cidadania e Desenvolvimento, cada escola promove assembleias subsequentes por ciclo de escolaridade.	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho, dando cumprimento às orientações da DGE para a Área de Cidadania e Desenvolvimento	- N.º de assembleias realizadas por escola	- Equipa/grupo de trabalho para a organização das assembleias	- Crianças e jovens das escolas de Vila Verde	- Escolas
A partir do ano letivo 2022/2023, em cada ano letivo o Município articula com as escolas uma reunião com representantes dos/as alunos/as para partilha das ideias discutidas nas escolas	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho	- N.º de reuniões realizadas entre o Município e representantes das crianças/jovens	- Equipa constituída por: Presidente da Câmara (ou Vereador/a com competências delegadas para o efeito), membro da CPCJ, membro da escola, representantes das	- Crianças e jovens das escolas de Vila Verde	- Município (elemento/s a designar) - GIF - CPCJ (membro/s a designar)

		- n.º de novas medidas municipais fruto destas reuniões	crianças/jovens		- Escolas
Até 2025 manter a oportunidade anual de participação no Parlamento dos Jovens e no Orçamento Participativo escolar a todas as escolas do Concelho	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho	- N.º de candidaturas efetuadas - N.º de ações efetivas conseguidas	- Candidatura das escolas - Candidaturas dos/as alunos/as	- Crianças e jovens das escolas de Vila Verde	- Escolas - CPCJ (membro/s a designar)
Até 2023, promover institucionalmente a formação de técnicos de áreas diversas ao nível dos direitos da criança e especificamente em termos de práticas de auscultação das crianças e jovens, quer ao nível dos serviços prestados quer ao nível de ideias e sugestões de melhoria, qualificando-as para esse objetivo	Qualificar as entidades do território em práticas de participação efetiva das crianças e jovens	- N.º de entidades/instituições que usufruiu de (in)formação para a promoção de práticas de participação das crianças e jovens	- Equipa de formação em Direitos da Criança e práticas participativas de crianças e jovens - Grupo de trabalho que elabore propostas de auscultação às crianças e jovens, que as proponha junto das entidades e que facilite a sua implementação individual	- Entidades do Concelho	- CPCJ (membro/s a designar) - Rede Social
Até 2025 garantir que o Município nos seus diferentes serviços com implicação na vida das crianças e jovens, a CPCJ, todas as escolas e metade das IPSS tenham implementadas práticas de participação das crianças, nomeadamente em termos da sua auscultação acerca dos serviços prestados e da avaliação dos mesmos	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho	- N.º de entidades que implementou práticas permanentes de auscultação das crianças e jovens	- Grupos de trabalho por entidade/instituição para a implementação das práticas decididas, trabalho da informação recolhida e feedback da mesma às crianças e jovens	- Crianças e jovens	- Município (elemento/s a designar) - CPCJ (membro/s a designar) - Entidades/Instituições
Até final de 2021, auscultar as crianças e os jovens acerca do impacto da pandemia nas suas vidas, com vista ao desenho de medidas e políticas ajustadas para melhoria da sua condição de vida	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho	- N.º de crianças/jovens auscultados - N.º de medidas adotadas em função dessa auscultação	- Criação de um instrumento de auscultação das crianças e jovens acerca do impacto que sentiram da pandemia nas suas vidas	- Crianças e jovens	- Escolas - Município (elemento/s a designar)
Até 2025 promover oportunidades de auscultação de crianças e jovens com necessidades de saúde especiais, integradas/os nas escolas do Concelho	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho, nomeadamente com alguma vulnerabilidade particular	- N.º de ações realizadas junto de crianças e jovens com necessidades de saúde especiais, com registo/relato das mesmas	- Equipa interinstitucional constituída para este fim	- Crianças e jovens com necessidades de saúde especiais	- Equipas de ensino especial das escolas - CPCJ (Saúde) - Município (elemento/s a designar)
Até 2025 promover oportunidades de auscultação de crianças e jovens imigrantes, integradas/os nas escolas do	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho, nomeadamente com	- N.º de ações realizadas junto de crianças e jovens imigrantes, com	- Equipa interinstitucional constituída para este fim	- Crianças e jovens imigrantes	- Equipas escolares - CPCJ (membro/s a designar)

Concelho	alguma vulnerabilidade particular	registo/relato das mesmas			- Município (elemento/s a designar)
Até 2025 promover oportunidades de auscultação de crianças e jovens com vulnerabilidades ao nível das aprendizagens/sucesso escolar, integradas/os nas escolas do Concelho	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho, nomeadamente com alguma vulnerabilidade particular	- N.º de ações realizadas junto de crianças e jovens com vulnerabilidades ao nível das aprendizagens/sucesso escolar, com registo/relato das mesmas	- Equipa interinstitucional constituída para este fim	- Crianças e jovens com vulnerabilidades ao nível das aprendizagens/sucesso escolar	- Equipas escolares - CPCJ (membro/s a designar) - Município (elemento/s a designar)
Até 2025 promover oportunidades de auscultação de crianças e jovens com problemas de comportamento/comportamentos antissociais, integradas/os nas escolas do Concelho	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho, nomeadamente com alguma vulnerabilidade particular	- N.º de ações realizadas junto de crianças e jovens com vulnerabilidades ao nível problemas de comportamento/comportamentos antissociais, com registo/relato das mesmas	- Equipa interinstitucional constituída para este fim	- Crianças e jovens com problemas de comportamento/comportamentos antissociais	- Equipas escolares - CPCJ (membro/s a designar) - Município (elemento/s a designar) - DGRSP
Até 2025 promover oportunidades de auscultação de crianças e jovens que habitualmente não participam em nada com o intuito de estimular essa participação	Promover a participação efetiva das crianças e jovens do Concelho, nomeadamente com alguma vulnerabilidade particular	- N.º de crianças/jovens envolvidos	- Equipa interinstitucional constituída para este fim	- Crianças e jovens identificados por diferentes serviços como tendo uma reduzida ou nula participação em ações ou oportunidades existentes na escola ou na comunidade	- CPCJ (membro/s a designar) - CLDS - Escolas - Município (elemento/s a designar)
Até 2023 promover o associativismo juvenil no Concelho	Promover a proatividade e participação juvenil na vida da comunidade	- Planos de atividades das associações	- Equipa constituída por: - Técnico/a do Município responsável pelas associações - Responsáveis das associações - Representante da CPCJ	- Associações do Concelho - Crianças e jovens de Vila Verde	- CPCJ (IPDJ e ACDR) - Associações de Estudantes - ACDR - Município (técnico/a responsável pelas associações)

Área ou eixo temático	Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens				
Objetivo estratégico	Assegurar o Direito à Proteção e a Educação para o Direito, quer através de programas preventivos no âmbito da violência, quer na educação para o empoderamento individual, quer na intervenção ágil, bem informada e responsável de todas as entidades e cidadãos perante situações de maus-tratos e/ou de qualquer tipo de violência.				
Objetivos Específicos/Operacionais	Medidas/Políticas	Indicadores	Recursos necessários	Público-alvo	Responsáveis
Manter (e, se possível, reforçar ao nível dos recursos humanos) os serviços locais que trabalham situações de violência doméstica envolvendo crianças e jovens	- Garantir o direito à proteção de crianças e jovens	- N.º de serviços existentes no Concelho que trabalham de alguma forma no âmbito da intervenção em situações de violência doméstica que vitimam crianças e jovens	- Equipa especializada no âmbito da intervenção com vítimas de violência doméstica	- Crianças e jovens vítimas de situações de violência doméstica e suas famílias	- CHEGA Mais - GIF
Até 2022, criação de um serviço de apoio psicológico especializado para crianças e jovens vítimas de violência doméstica	- Garantir o direito à proteção de crianças e jovens	- Concretização do serviço de apoio psicológico especializado para crianças e jovens vítimas de violência doméstica	- Equipa especializada no apoio psicológico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica	- Crianças e jovens vítimas de violência doméstica	- CHEGA Mais
A partir de 2021 divulgar as linhas de apoio a crianças e jovens já existentes	- Promover o Direito à proteção das crianças e jovens do Concelho	- N.º de marcadores de página com os contactos das linhas, distribuídos pelas crianças e jovens do Concelho	- Marcador de página com os contactos de linhas telefónicas de apoio às crianças e jovens (CPCJVV, SOS Criança, Linha Crianças em Perigo)	- Crianças e jovens do Concelho	- CPCJ
Até 2025 promover a renovação do Selo Protetor das Escolas do Concelho que já o conquistaram	- Promover a promoção dos Direitos e a proteção das crianças e jovens do Concelho	- N.º de escolas com renovação do Selo Protetor	- Diligenciar a renovação do selo protetor - Práticas promotoras dos Direitos e proteção das crianças e jovens	- Escolas do Concelho com Selo Protetor	- Escolas - CPCJ (membro/s a designar)
Até 2025 promover a candidatura ao Selo Protetor (da CNPDPCJ) das instituições do Concelho	- Promover o Direito à proteção das crianças e jovens do Concelho	- N.º de entidades locais que se candidatam ao Selo Protetor	- Candidaturas institucionais ao Selo Protetor	- Entidades com competência em matéria de infância e juventude do Concelho sem Selo Protetor	- Rede Social - Município (elemento/s a designar) - CPCJ (membro/s a designar)
Até 2025 promover a educação para o Direito das crianças e jovens	Promover a educação para o Direito como meio fundamental	- N.º de ações realizadas no âmbito da educação	- Equipa interinstitucional constituída para este fim	- Crianças e jovens das escolas de Vila Verde	- DGRSP - GNR

integradas/os nas escolas do Concelho	para o exercício da cidadania e como uma forma de proteger	para o Direito			- Equipas escolares - CPCJ (membro/s a designar) - Município (elemento/s a designar)
Até 2023 promover práticas institucionais de recurso precoce e sistemático ao sistema tutelar educativo, como prática educativa fundamental para a educação para o Direito	Prevenir precocemente a escalada de comportamentos juvenis que colidem com o Direito, como forma fundamental para o exercício da cidadania	- N.º de sinalizações anuais ao sistema tutelar educativo	- Disseminação do Guião de procedimentos de comunicação do Ministério Público, no âmbito da Lei Tutelar Educativa junto dos técnicos das entidades para a sua prática	- Crianças e jovens com necessidade de encaminhamento para o Sistema Tutelar Educativo	- CPCJ (membro/s a designar) - Escolas
Até 2023 promover práticas educativas sem recurso a violência (física e/ou psicológica), através de ações de sensibilização, folhetos informativos e outros meios	- Promover a proteção das crianças e jovens e o seu direito a crescer sem violência	- N.º de ações desenvolvidas	- Equipa multidisciplinar e interinstitucional que planifique e elabore diferentes ações e materiais a divulgar no âmbito da sensibilização para a educação sem recurso à violência	- Pais - Professores/as e outros cuidadores - Assistentes operacionais	- CPCJ (membro/s a designar) - Equipas escolares designadas para o efeito - CSPA
Até 2023 promover interações sociais entre crianças e entre jovens sem recurso a violência (física e/ou psicológica), através de ações de sensibilização, folhetos informativos e outros meios	- Promover a proteção das crianças e jovens e o seu direito a crescer sem violência	- N.º de ações desenvolvidas	- Equipa multidisciplinar e interinstitucional que planifique e elabore diferentes ações e materiais a divulgar no âmbito da sensibilização para a educação sem recurso à violência	- Crianças e jovens do Concelho	- CPCJ (membro/s a designar) - Equipas escolares designadas para o efeito
Anualmente, promover a informação acerca do que constitui abuso sexual de crianças e jovens, com vista à sua prevenção, identificação e intervenção/sinalização	- Promover a proteção das crianças e jovens contra as situações de abuso sexual	- N.º de ações desenvolvidas	- Equipa que prepare e dinamize de forma diferenciada e junto de diferentes públicos, ações de (in)formação acerca do abuso sexual de crianças e jovens	- População em geral, de forma diferenciada (crianças, jovens, pais/cuidadores, técnicos, população em geral)	- CPCJ (elemento/s a designar) - Escolas

Área ou eixo temático	Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos Direitos das crianças e jovens				
Objetivo estratégico	Promover o conhecimento atualizado, holístico e interinstitucional da realidade infantojuvenil local, de modo a sustentar a definição de medidas e políticas locais com sentido e exequíveis				
Objetivos Específicos/Operacionais	Medidas/Políticas	Indicadores	Recursos necessários	Público-alvo	Responsáveis
Até 2022, proceder à recolha e tratamento permanentemente de informação pertinente relativa às crianças e jovens e à realização dos seus Direitos	Criação de um observatório da realidade infantojuvenil	- Criação do órgão Municipal responsável pela criação e manutenção de um observatório Municipal da realidade infantojuvenil de Vila Verde	- Equipa interinstitucional para constituir o órgão em questão	- Município - Conselho Municipal de Educação - Conselho Municipal da Juventude - Rede Social - CPCJ - EMAT/Segurança Social	- Município (GIF)
Até 2022, fazer um estudo pormenorizado acerca do nível de satisfação, segurança e adequação (em termos de horário e equipamentos) dos transportes escolares, com a participação das crianças e jovens	Promover o bem-estar nos transportes escolares	- Realização do estudo e propostas de melhoria emanadas a partir dele	- Equipa multidisciplinar que se responsabilize por conceber um plano para o estudo a efetuar, dinamize a sua realização, analise a informação e a devolva aos responsáveis, crianças e jovens com propostas de melhoria	- Crianças e jovens das escolas do Concelho	- Município (elemento/s a designar) - Escolas - Transportadoras - Equipa externa
Até 2022 criar um observatório da violência (física e/ou psicológica) contra crianças e jovens, com vista à redução (erradicação) de tais práticas	Conhecer e propor medidas de combate e prevenção de situações de violência contra crianças e jovens, perpetradas por adultos (pais, cuidadores, professores/as, outros) ou por outras crianças ou jovens	- Comunicação pública dos resultados periódicos que vão sendo apurados - N.º de medidas propostas pela equipa	- Equipa interinstitucional que prepara, aplica e analisa os resultados de uma auscultação periódica das crianças e jovens ao nível das suas experiências de violência (física e/ou psicológica) em diferentes contextos e perpetrada por diferentes agentes	- Crianças e jovens do Concelho	- Equipa externa - CPCJ (membro/s a designar) - Psicólogos/as das escolas - Município (elemento/s a designar)
Em cada ano letivo, promover formação junto de técnicos de diferentes serviços acerca dos Direitos da Criança e do Sistema de Promoção e Proteção, promovendo a responsabilização de cada um/a	Promover o conhecimento e a intervenção eficiente de todos no Sistema de Promoção e Proteção	- N.º de ações desenvolvidas	- equipa de formação da CPCJ	- Técnicos dos diferentes ramos e áreas de intervenção: educação, bombeiros, párocos, presidentes de junta, assistentes operacionais, etc.	- CPCJ (membro/s a designar)
Em cada ano letivo, até 2025, produzir pelo menos um material audiovisual que aborde temas diversos relacionados com os Direitos da Criança, dirigidos a diferentes públicos: crianças, jovens,	Divulgação dos Direitos da Criança junto de diferentes públicos	- N.º de materiais criados	- Equipas de trabalho criadas em parcerias diversas (alunos/as, professores/as e CPCJ; rádios/TV escolares/locais ou outras...)	- Toda a população	- CPCJ (membro/s a designar) - Escolas

pais, técnicos e população em geral					
Manter a população informada e sensibilizada para diferentes matérias relacionadas com os Direitos da Criança e a proteção de crianças e jovens	Divulgação dos Direitos da Criança junto de diferentes públicos	- N.º de seguidores - N.º de artigos da CPCJ publicados no Jornal Vilaverdense	- Manutenção da página do Facebook da CPCJ - Manutenção da página do Instagram da CPCJ	- Toda a população	- CPCJ (Presidente e membro cooptado do CLDS)
Realizar um novo diagnóstico da realidade infantojuvenil em 2025 e, com base nele, reformular o Plano VAI para os anos seguintes	Planificação concertada da ação junto das crianças e jovens do Concelho	- Realização de um novo diagnóstico infantojuvenil - Reformulação do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens	- Definição atempada da informação a recolher para o Diagnóstico Local - Articulação com as diferentes equipas com intervenção propostas no atual Plano, quer na recolha de informação, quer no desenho do novo Plano	- Município - Conselho Municipal de Educação - Conselho Municipal da Juventude - Rede Social - CPCJ - EMAT/Segurança Social	- Município (elemento/s a designar) - Rede Social - Equipa externa
Procurar suporte a nível supraconcelhio (CIM) para as diferentes ações propostas que envolvem recursos mais especializados para a sua realização	Melhorar práticas concelhias ao nível da realização dos Direitos da Criança	- Concretização de qualquer apoio da CIM Cávado em qualquer uma das propostas do presente Plano	- Definição das possibilidades de intervenção e apoio da CIM e sua concretização	- Município - CIM	- Município (elemento/s a designar)

Considerações finais

A expectativa para a implementação do VAI é elevada. Resultou de um processo amplamente participado, quer na resposta a questionários quer na participação em sessões grupais, envolvendo ao todo cerca de 1500 pessoas, das quais 935 crianças e jovens, e não estando aqui contabilizadas as que se envolveram para que tudo pudesse efetivamente ser concretizado (a equipa, educadores/as, professores/as, outros/as técnicos/as escolares e de instituições, direções das escolas, interlocutores da CPCJ). A CPCJVV, que encabeçou o processo a ele conducente, está plenamente consciente de que grande parte da sua implementação dependerá da adesão das entidades locais. Espera-se que a apresentação do Plano à Rede Social resulte na sua adoção coletiva, ainda que esteja aberta a possibilidade de alguns ajustes por propostas que dali advenham.

Ressalve-se também que se pretende ainda fazer uma partilha da proposta do VAI a todos e todas quantos/as participaram no processo que permitiu o diagnóstico, com vista também à sua auscultação para integração de eventuais ajustes, em particular as crianças, jovens e pais. Para as crianças, em particular, pretende-se fazer uma versão simplificada do Plano, na forma de um pequeno filme, para que mais facilmente possam compreendê-lo e dar sobre ele feedback, com eventuais propostas de ajustes também, ao longo do tempo.

Assim, a proposta do VAI poderá ser ainda alvo de pequenas reformulações.

De todo o modo, acreditamos que a sua implementação poderá significar uma real oportunidade de melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens de Vila Verde, uma melhor concretização dos Direitos das Crianças, o exercício efetivo e mais abrangente de uma parentalidade positiva no Concelho e uma comunidade mais realizada e feliz!

